

Sai, enfim, acordo para os índios

Constituição não distinguirá os aculturados dos não aculturados

Depois de várias rodadas de negociação, que começaram no meio da semana passada, a Constituinte conseguiu, ontem à noite, chegar a um acordo para o Capítulo do Índio no projeto constitucional. Emenda assinada por doze parlamentares asseguram aos índios os "direitos originários sobre as terras que ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens". Este é o texto do artigo 268, que prevê também, o reconhecimento da organização social, usos, costumes, crenças e línguas dos povos indígenas.

O dispositivo que causou maior polêmica entre os índios, por prever uma diferenciação entre aculturados e não aculturados, saiu do texto. Ficou estabeleci-

do que a remoção dos grupos somente se dará ad referendum do Congresso e em casos de soberania nacional, epidemias ou catástrofe da natureza. A partir da promulgação da nova Carta, os índios, suas comunidades e organizações, serão partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus interesses e direitos, devendo o Ministério Público intervir em todos os atos do processo.

Os índios participarão, juntamente com o Congresso, das decisões sobre exploração das riquezas minerais e recursos hídricos de suas terras, e nos lucros obtidos dessas empreitadas. Eles terão, ainda, a posse permanente de suas terras, "cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, fluviais e lacustres nelas existentes".

As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios serão inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas imprescritíveis.

Por "terras tradicionalmente ocupadas", o projeto entende serem "as habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, incluídas aquelas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar, e as áreas necessárias à sua reprodução física e cultural".

Emenda do senador Jarbas Passarinho incorporou ao texto a nulidade de atos que tenham por objetivo a ocupação, domínio e posse das terras indígenas, ressaltando, entretanto, os casos de "relevante interesse público da União".

GIVALDO BARBOSA



Na reunião de líderes brancos, Juruna (de pé, ao centro) esteve vigilante

Nova Carta vai acabar com o tráfico impune

A habitual impunidade dos traficantes de tóxicos no Brasil está com seus dias contados. Pelo menos é o que diz o deputado José Elias Murad (PTB/MG). Desde o início dos trabalhos da Constituinte ele luta pela aprovação de dispositivos que alterem aquela "trágica" situação. Conseguiu duas vitórias: se não houver mudanças no segundo turno, a nova Carta brasileira tornará o tráfico de drogas crime inafiançável e restringirá a propaganda de tabaco, bebidas alcoólicas e remédios nos meios de comunicação.

"Hoje o traficante é preso, paga fiança e cai fora. Demos um passo importante na repressão às drogas", avallou Murad, que lamenta, contudo, não ter conseguido aprovar emenda prevendo a obrigatoriedade de ensino científico sobre drogas, em todos os níveis. "O quorum estava baixo e, além do mais, esta matéria é mesmo para a legislação posterior", disse. O deputado, no entanto, está certo de que outra idéia sua entrará na nova Constituição. Incluída nas disposições transitórias, tal idéia consta dos textos do **Centrão** e da Comissão de Sistematização. Por isso, na opinião de Elias Murad, já está aprovada. "Queremos que todas as terras onde forem encontradas plantações de maconha, epadú e cocaína sejam desapropriadas", explicou.

No entender do deputado mineiro, dessa forma será agilizado o processo de reforma agrária, haverá economia, pois não ocorrerão

indenizações, e será diminuída a oferta de tóxicos. Para Murad, todos esses dispositivos, somados ao que obriga o Estado a controlar a produção de substâncias psicoativas e inebriantes — já aprovada —, representam um avanço em relação à legislação atual. "Não é um grande avanço, mas é bem razoável", afirmou. "O ideal seria tornarmos mais e mais rígida a penalização do traficante", disse.

Nem todos os constituintes, porém, concordam com José Elias Murad. O deputado Virgílio Guimarães (PT/MG), por exemplo, considera que os dispositivos aprovados serão inócuos. O parlamentar foi um dos autores da polêmica proposta — rejeitada pelo plenário — que previa o livre uso do corpo por cada cidadão. Ai, logicamente, estaria incluído o uso de drogas. "Concordo que seja reprimida a indução ao uso e o uso compulsório. Concordo, também, que o cidadão seja esclarecido sobre as drogas, mas sou favorável a descriminalização do uso", defendeu. O deputado, entretanto, não acredita que a legislação posterior avance. "Quando formos tratar do uso poderá até haver abrandamento. Mas no caso do tráfico, que está na Constituição como crime inafiançável e imprescritível, não haverá como avançar", disse. Virgílio Guimarães explicou que é favorável a que se gradue na legislação ordinária a gravidade do uso de cada droga. "O álcool e a maconha devem ser liberados. A cocaína, não. Pelo

menos por enquanto", exemplificou.

O que constar da nova Constituição em termos de drogas terá tido, certamente, a co-autoria de duas numerosas bancadas: a dos médicos e a dos evangélicos. Os dois grupos auxiliaram o deputado José Elias Murad na defesa e aprovação de suas emendas. O deputado Jofran Frejat (PFL/DF), que é médico, acha que a Constituinte foi "até onde podia ir", ao tratar dos traficantes de drogas. "Foi um bom texto. Não há mais o que se fazer, a não ser que o traficante seja pré-condenado pela nova Carta", disse. Quanto ao usuário de drogas, Frejat defende que eles sejam tratados pela legislação posterior como doentes. O deputado entende que tal legislação poderá ser mais dura com os traficantes, inclusive prevendo penas rígidas no Código Penal. "Temos que agilizar os inquéritos policiais para que o traficante não seja libertado antes do julgamento", defendeu.

Na bancada evangélica, também há satisfação com o texto aprovado. O deputado Eliel Rodrigues (PMDB/PA) lamenta apenas não ter conseguido aprovar a pena de prisão perpétua para produtores e traficantes de drogas. Seu companheiro Antônio de Jesus (PMDB/GO) acha que "a nova Constituição foi mais contundente com os traficantes, privando-os de todas as facilidades penais existentes e impedindo-os de serem processados em liberdade".

Desânimo tomou conta da sessão

Ainda não foi desta vez. Por falta de um acordo sobre o capítulo referente ao índio, a Constituinte encerrou, ontem, mais uma sessão sem apreciar a matéria. A verificação de quorum foi perdida no mínimo três vezes, a partir das 16 horas, quando o deputado Marcelo Cordeiro, presidindo os trabalhos da Mesa prometeu fazê-lo em, no máximo, quinze minutos, "quando teremos na mão o texto do acordo". As 18h10, o deputado Mário Maia (PDT-AC), que havia assumido a presidência, fez a mesma promessa. Ele quis suspender a sessão até cinco minutos antes do horário regimental, para, ent-ao, fazer a contagem dos presentes.

A suspensão já havia acontecido antes às 17h, parando a sessão por 15 minutos, depois que o deputado

EUGENIO NOVAS



VENCEU A FORÇA DOS PAJÉS

Há uma semana os índios aguardam que a Constituinte decida o seu futuro. Mesmo assim, alguns representantes da raça que passam o dia no Congresso Nacional não se deixam vencer pelo cansaço e ocupam todos os espaços possíveis. Ontem foi dia de pajelança, concentrada no auditório da liderança do PMDB (foto), mas também estendida a um sítio nas proximidades de Brasília. No PMDB, quem comandou o ritual foi o pajé Prepori, da tribo Kaiabi, do Médio Xingu, que espera influenciar, mobilizando os espíritos protetores, o presidente José Sarney a atender às reivindicações dos índios. Na chácara fora da cida-

de, o pajé Sapaim, do Alto Xingu, também concentrava os seus esforços para conseguir um bom resultado na Constituinte. Na liderança do PMDB, os índios podiam ouvir, pelos alto-falantes, os discursos pronuniados no pinga-fogo da Constituinte. A concentração deles só foi interrompida por volta das 15 horas, para que um índio norte-americano, da tribo Potowatomi, de Oklahoma, pudesse declarar sua solidariedade aos irmãos brasileiros. Robert Coulter veio ao Brasil participar de um encontro sobre direito internacional, solidarizando-se com seus irmãos brasileiros.